

**“Vivo do meu Trabalho”¹: Mulheres Pobres na São Paulo em Fins do Império
(Décadas de 1870-1880)**

Emilene Ceará Barboza²

Resumo: O presente trabalho procura dar visibilidade às atividades remuneradas ou não de sobrevivência desenvolvidas por escravas, forras, libertas e brancas pobres na cidade de São Paulo durante as últimas décadas do Império. Além disso, o trabalho busca verificar se houve e como se processaram as alterações destas ocupações, principalmente na segunda metade do século XIX, com o advento da cultura do café na província de São Paulo e a vinda massiva de pessoas (migrantes e imigrantes) para a cidade.

O mapeamento dessas ocupações e seu desenrolar frente e conjuntamente a parceiras (os), vizinhas (os), patroas (ões), proprietárias (os) e o poder público será possível graças à análise dos processos crimes da cidade (em que as mulheres figuram como testemunhas, réis ou vítimas), visto que, ao testemunharem, muitas vezes, discorriam sobre suas atividades diárias e as Correspondências trocadas entre o Chefe de Polícia da cidade de São Paulo e os Subdelegados das distintas freguesias.

A cidade de São Paulo, durante todo o século XIX, apresentava uma elevada concentração de mulheres, principalmente escravas, livres, forras e brancas pobres que lançavam mão de diversas estratégias para sobreviver. Como aponta Maria Odila L. da Silva Dias³, essas mulheres desenvolviam diversos trabalhos informais que dependiam de sua circulação pelas diversas ruas e freguesias da cidade, assim como de uma rede de apoio (familiares, vizinhos, parceiros de trabalho etc) que viabilizasse o desempenho de suas funções. Como mostrado por Joana Maria Prado⁴, em outras regiões do Império também havia uma presença significativa de mulheres que extraíam sua sobrevivência de atividades de vendas e de pequenas casas comerciais. Além disso, elas desempenhavam atividades ligadas à lavoura, aos engenhos de farinha de mandioca, à limpeza secagem do peixe etc. No que diz respeito, especificamente, à Província de São Paulo, na década de 1870, Eni de Mesquita Samara⁵ chama a atenção para o elevado contingente de mulheres desenvolvendo atividades ligadas à lavoura, aos serviços domésticos e à costura.

A partir do levantamento de dados e posterior análise dos processos crimes, foi possível verificar que a grande maioria de mulheres que figuravam em tais processos desenvolvia trabalhos relacionados ao âmbito doméstico, os quais eram, em grande parte, remunerados. A fase “áurea” da produção de café na Província propiciou uma maior diversidade de ocupações para os habitantes da cidade ligados a esta cultura. O incremento na produção cafeeira acabou necessitando de imigrantes para o trabalho nas plantações. Com a imigração aumentou o contingente de mulheres que passaram a concorrer com as nacionais no que diz respeito a postos de trabalho, de forma que esta mudança não se refletiu em novas oportunidades para as mulheres paulistas, as quais se mantiveram, em sua maioria, em atividades domésticas. Em menor escala, um grupo de mulheres apresentou como “modo de vida” viver com o marido. Esta fala demonstra que alguns grupos sociais passaram a compartilhar, cada vez mais, do discurso de idealização do casamento e do papel de esposa, elaborado pela elite. Além disso, os testemunhos dessas mulheres comprovam uma preocupação cada vez maior do Estado em gerir seus comportamentos e o desempenho de seus trabalhos. Palavras chaves: trabalho, mulheres, século XIX, São Paulo

A cidade de São Paulo do período

A cidade de São Paulo, principalmente nas últimas décadas do século XIX, passou por diversas mudanças tanto no âmbito urbano quanto econômico e político. Tais mudanças faziam parte do projeto arquitetado pelo poder público assim como pela elite econômica e intelectual paulista. O projeto visava transformar a população da cidade e o espaço, o qual ainda preservava características de uma comunidade rural pobre, marcada pelas construções de taipa, pau-a-pique, comércio ambulante, ruas sem calçamento e com problemas de abastecimento.⁶

Esse projeto foi tomando forma graças à expansão da produção cafeeira na província de São Paulo, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. “A proeminência do Vale do Paraíba na produção cafeeira estendeu-se desde o segundo quartel do século XIX, quando produzia dois terços da produção paulista do produto, até a década de 1880, quando foi suplantada pela região do chamado Oeste Paulista. Ali, desde os anos de 1850 já se produzia café em quantidade suficiente para competir com a tradicional produção açucareira”.⁷

O desenvolvimento destas atividades agro-exportadoras dependia de uma rede de firmas, pessoas e transportes que viabilizavam a circulação do açúcar e do café dos produtores até o porto de Santos. O transporte destas mercadorias demandava uma série de atividades paralelas para se desenvolver, visto que havia um abismo entre as grandes firmas comerciais e os pequenos negociantes de armazéns de secos e molhados, tavernas, botequins e vendas ambulantes.

A concentração de riqueza propiciada pela atividade cafeeira, assim como a extinção do tráfico externo em 1850, refletiu na elevação do preço dos escravos (as). Em decorrência disso, houve uma maior circulação destes (as) em direção às áreas produtoras. A elevação do preço dos escravos não foi absorvida pelos pequenos proprietários (tropeiros desocupados, pequenos funcionários, sapateiros e marceneiros forros e soldados rasos – proliferavam entre estes mulheres viúvas ou sós, chefes de família, senhoras ou locatárias da maior parte das negras de tabuleiro), que não conseguiram, ao longo da segunda metade do século XIX, custear sua reposição e mesmo suportar as elevações dos encargos de sua manutenção. Por tal motivo, os escravos (as) passaram a ter mais atividades na cidade em função de novas condições de vida e de trabalho oferecidas no espaço urbano.⁸

São Paulo passou a ser pólo de atração não só para os escravos (as), mas também para diversos tipos sociais que, principalmente na segunda metade do século XIX, fluíram tanto de regiões internas do Brasil quanto de países europeus. Nas décadas anteriores, quando a produção cafeeira ainda era incipiente, conforme apontado por Maria Odila L. da Silva Dias⁹, a cidade, apresentava uma grande concentração de mulheres que sobreviviam através de um comércio informal e clandestino de gêneros de primeira necessidade, produção artesanal, troca de gêneros, serviços domésticos etc. Isto se deu em decorrência da saída dos homens para regiões mais prósperas, nas quais o desempenho de atividades demandava deslocamento de mercadorias (muare, bois etc). O desenvolvimento do trabalho informal realizado pelas mulheres esbarrou, muitas vezes, no poder público, que avaliava este tipo de negócio como escuso. Em função disso, ao longo do século XIX, foram elaboradas taxas, impostos e posturas municipais para limitar o âmbito de ação destes grupos. Neste contexto, numa cidade em vias de se urbanizar, as mulheres pobres buscaram elaborar estratégias para fugir da disciplina imposta pelas autoridades locais e de suas “medidas saneadoras” que buscavam cercear-lhes a autonomia. Mas, como afirma Dias¹⁰, essa política não conseguia traçar/estipular uma orientação única e nem sempre conseguia regular a forma de vida e os espaços sociais vitais.¹¹

Um exemplo dessa tentativa de cerceamento implementada pelas autoridades é a correspondência enviada pelo Chefe de Polícia aos Subdelegados das distintas freguesias solicitando uma maior fiscalização dos lugares e pessoas

Aos Subdelegados 22 de Novembro de 1873

“Para attenuar os effeitos da epidemia, infelizmente tão desenvolvida n’esta cidade, convem que se procure remover quaesquer causas permanentes ou transitórias compromettedoras da hygienne que deve ser mantida, principalmente nas habitações.

Recommendo ao seu zelo e cumprimento dos acto das posturas municipais, no que toca á policia sanitária, encareço a necessidade de mais severa vigilância para que a transgressão das regras hygienicas não prolongue a existência do mal.

Na execução d’aquellas posturas pode V. Exa. instituir visitas domiciliaries nas casas em que os inquilinos não dêem sufficiente garantia de que não se descuidão de seu bem estar. N’este caso V. Exa. poderá solicitar por intermédio e auxilio de medico e do Fiscal da Camara, marcando o dia da mesma visita no seu districto.

Chamo a sua attenção para as vendas de molhados, açougue e principalmente para as casas de quitanda, ordinariamente muito pequenas e onde há aglomeração de peneras , de vegetais e de carnes salgadas as vezes em mão estado”¹².

Cabe lembrar que, ao longo das décadas de 1870 e 1880, a população paulistana cresceu de modo constante. Este aumento estava relacionado à diversidade de atividades que foram surgindo para atender as novas demandas tanto populacional quanto econômica e o decréscimo do número de escravos em oposição ao número de livres e libertos. Segundo Wissembach¹³, a população da cidade do século XIX variou de 21.933 a 31.824 entre as décadas de 1830 e 1850, mantendo-se em 31.385 em 1872 e atingindo 47.697 em 1886. Em relação à população escrava, esta aumentou na primeira metade do século: de 5.495 em 1837 para 7.068 em 1854; sofreu decréscimos significativos nas décadas seguintes, chegando a 3.828 em 1872; foi reduzida a 593 escravos em 1886. Já a população negra livre aumentou ao longo da segunda metade do século, mais particularmente no período compreendido entre os dois primeiros censos nacionais: 8.723 pardos e negros em 1872 e 10.275 em 1886.

Um reflexo do decréscimo no número de escravos (as) aparece nos processos levantados pela presente pesquisa, visto que em um universo de 102 processos e de 246 mulheres presentes, apenas cinco constam como escravas, e deste total apenas duas residiam com suas proprietárias (os): Ignacia Maria¹⁴ (escrava de Balbina da Motta), quitandeira, residente em quarto alugado na Rua do Príncipe; Joanna¹⁵ (escrava de Dona Rita Leopoldina), cozinheira, residente próximo a Igreja de São Pedro; Gertrudes¹⁶ (escrava de D. Maria Emília Eufrásia Côrrea), cozinheira, residente na Vila de Santa Ana do Parnaíba; Rufina¹⁷ (escrava de Anna Victoria da Piedade), cozinheira, moradora em casa de sua senhora no “Tanque dos Únicos- Freguesia de Santa Ifigênia; Maria¹⁸ (escrava de José Rodrigues), com atividades de serviços domésticos, residente com seu senhor na Freguesia da Penha da França.

Outra constatação que nos ajuda a afirmar esse declínio de escravos frente à elevação de livres na população da cidade é a ausência de escravas nos processos da década de 1880 em oposição à presença cada vez mais constante de imigrantes. No entanto, a transição de cativa para livre de grande parte dessas mulheres não refletiu numa mudança de sua ocupação. A maioria delas permaneceu desempenhando ocupações de âmbito doméstico, assim como suas filhas e netas.

Profissão ou Modo de vida?¹⁹

Dias, em seu livro *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*²⁰, aponta que, na época da independência, 40% dos moradores da cidade eram mulheres sós, chefes de família, várias delas concubinas e mães solteiras. Segundo a autora, 80% delas declararam viver de seu próprio trabalho; muitas, sem escravos, eram obrigadas a desenvolver diversas atividades para sobreviver. Eni de Mesquita Samara²¹ dialogando com a obra de Dias, ao

pesquisar e comparar os dados coletados nos censos da segunda metade do século XIX das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Fortaleza, constatou que cerca de 30 a 40% das mulheres destas regiões assumiam o papel de provedoras do sustento de suas famílias, em sua maioria desenvolvendo atividades menos rentáveis e lucrativas. Ao analisar os dados de Ocupações femininas do censo de 1872 da província de São Paulo, a autora verificou um predomínio de atividades ligadas à lavoura (43.5%), aos serviços domésticos (33.2%) e à costura (10.9%).

Tendência semelhante àquela apontada por Samara, pôde ser visualizada a partir da análise das informações presentes nos autos crimes²² das décadas de 1870 e 1880, a qual mostra que grande parte das mulheres estava ligada, mais acentuadamente, aos serviços domésticos e à lavoura. Este estudo possibilitou resgatar as distintas ocupações e modos de vida de 246 mulheres num universo de 102 processos levantados. As mulheres presentes nesses processos como vítimas, réis, testemunhas e informantes, ao discorrer sobre o crime, muitas vezes, descreviam suas atividades e lidas diárias pelas distintas áreas e arredores da cidade. A tabela abaixo apresenta as respostas dadas pelas mulheres presentes nesses processos à pergunta sobre sua profissão ou modo de vida

Tabela 1. Especificações das Profissões

Profissão ou modos de vida	ivres	ativas	otal
Aluga quartos			
Caseira			
Costura e engoma			
Costura e faz cigarros			
Costureira			
Cozinha, costura, lava e engoma			
Cozinha, lava e engoma			
Cozinheira	2		5
Doceira			
Doméstica e faz cigarros			
Engomadeira			
Faz cigarros			
Faz peneiras			
Lava e costura			
Lava e engoma			
Lava e passa			
Lava, engoma e costura			
Lavadeira	2		2
Lavoura	9		9
Lavoura e doceira			
Modista			
Padeira			
Passa e engoma			
Prostituta			
Quitanda			
			0
Sem ocupação			

Serviços domésticos	4	5
Serviços domésticos não remunerados		
Trabalha em restaurante		
Venda/Negócio	0	0
Vive com a mãe		
Vive com o marido	5	5
Vive com o pai		
Vive de qualquer serviço		
Vive de seu trabalho	0	0
Vive de seus bens		
Total	41	46

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo, Autos Crimes
(1871-1889)

Optamos por apresentar exatamente a designação quanto à atividade desenvolvida, apontada pelas mulheres presentes nos documentos analisados, por acreditarmos que isto possibilitaria resgatar valores, concepções e modos de vida por elas vivenciados. Um ponto importante na análise da tabela está relacionado à reiteradas auto-designações não necessariamente relacionadas a profissões. Muitas delas, quando inquiridas, respondiam: “vivo com minha mãe, “vivo com o meu marido”. Com isso, supomos que estas respostas apresentam uma determinada concepção de trabalho. Ou seja, provavelmente, estas mulheres acreditavam que profissão ou modo de vida só significava trabalho se este gerasse, diretamente para elas, uma remuneração. Um exemplo disso é o processo de estupro em que Claudina Rosa Machado aparece como testemunha²³. Ao ser inquirida sobre sua profissão ou modo de vida respondeu “Viver em companhia de seu marido”, mas ao ser solicitado que ela descrevesse a relação do réu com a vítima, acabou também discorrendo sobre os seus afazeres diários: “sahe de casa às cinco horas da manhã e volta as honze para mais dia”. Como o marido dela também figura como testemunha e afirmou ser lavrador, podemos supor que ela o auxiliava na lavoura em parte do dia (já que ele informou que também saía de casa às cinco horas para ir à lavoura) e na outra parte cuidava dos afazeres domésticos.

Em outro processo, a vítima Maria Antonia Afflicto²⁴, ao ser inquirida sobre sua profissão ou modo de vida, respondeu viver em companhia de seu pai. Entretanto, ao verificarmos a fala da testemunha Francisco Antonio da Silveira, 47 anos, solteiro, jornalista, natural de Santo Amaro e residente na Freguesia do Brás, ao discorrer sobre o rapto da vítima, é possível recuperar o cotidiano dela, o qual incluía uma atividade que podemos apontar como trabalho: “Disse mais que momentos depois elle depoente foi a venda do queixoso comprar milho fiado; e chamando o queixoso pela dita menor para faser o apontamento, deo por falta d’ella”.

Outras testemunhas arroladas nesse processo apresentaram o trabalho diário de Maria Afflicto na venda do pai, auxiliando nas contas, dívidas etc, principalmente por ela saber ler e escrever em português e o pai apenas em italiano. Essas mulheres talvez tenham apresentado como profissão viver em companhia de pai, marido ou mãe, por não terem contato direto com a remuneração oriunda dessas atividades, já que Maria Afflicto era filha e não funcionária e Claudia Rosa, apesar de plantar os gêneros alimentícios comercializados por seu marido,

provavelmente não os vendia e por isso, possivelmente compreendia seu trabalho como auxiliar ao do marido.

Segundo Michelle Perrot²⁵, “à medida que “avança” o século XIX, na França, em função do processo de industrialização, ocorrem mudanças relacionadas ao trabalho: a separação dos locais e etapas de produção e consumo. Com isso, as mulheres que antes contribuíam com o orçamento familiar, foram destituídas do trabalho que realizavam e os homens passaram a fazê-lo nas fábricas. “O homem na fábrica, a mulher em casa, ocupando-se do doméstico”²⁶. O discurso oriundo dessas mudanças concebe a mulher como “dona-de-casa”. Dessa forma, essas mulheres tornam-se responsáveis pelo cuidado familiar no que se refere às compras, ao preparo das refeições, aos cuidados com a moradia e com os filhos. Em vista das novas responsabilidades e dos poucos salários de seus maridos, desenvolveram conhecimentos práticos sobre o preço justo e a qualidade e quantidade dos produtos, assim como a regularidade do abastecimento. Mas como também enfatiza Perrot²⁷ a destituição dessas mulheres das fábricas e manufaturas não significou menos trabalho, já que não raro essas mulheres desempenhavam pequenos serviços remunerados para ajudar na subsistência da família tais como faxina, lavagens de roupas, entregas, comércio de miúdos, principalmente em torno dos mercados e locais de água onde havia um maior trânsito de pessoas.

Apesar do Brasil não compartilhar das mudanças políticas, econômicas e tecnológicas da França do período, percebemos, a partir de parte dos testemunhos colhidos nos autos crimes, o eco do discurso francês a respeito da concepção de trabalho assumida por parte das paulistas de fins do século XIX. Um discurso que aponta o trabalho da mulher casada como aquele relacionado ao âmbito doméstico começa a ser difundido com mais ênfase. Como apresenta Joana Maria Pedro²⁸, a construção de imagens idealizadas, nas últimas décadas do século XIX e começo do XX, atesta a constituição de uma nova configuração da elite, a qual fez uso de jornais, manuais etc para difundir determinadas condutas que deveriam ser assumidas pelas mulheres, bem como aquelas que deveriam ser evitadas. Este projeto não englobava as mulheres das camadas populares, principalmente porque a grande maioria era obrigada a desenvolver diversas atividades para sobreviver. No entanto, esse discurso acabou sendo aceito e compartilhado por indivíduos e grupos sociais das camadas populares e remediadas. Nesse sentido, a mulher deveria almejar ao casamento e ao papel de esposa. O trabalho da autora limita-se à cidade de Desterro, atual Florianópolis, mas pode ser transposta para a cidade de São Paulo, palco das ocorrências englobadas por minha pesquisa.

Embora um número considerável de mulheres apontasse atividades que não geravam remuneração, no caso da cidade de São Paulo de fins do século XIX, constatamos um elevado percentual delas desempenhando trabalhos domésticos, em sua maioria, remunerado, como mostrado na tabela abaixo. Essa constatação baseia-se nas informações prestadas por aquelas presentes nos processos que, quando perguntadas sobre a sua profissão, apresentaram atividades específicas como cozinheira, lavadeira, criada, doméstica e no levantamento da quantidade de mulheres solteiras e viúvas que responderam “viver de serviços domésticos”²⁹. Carlos José Ferreira dos Santos³⁰, ao mapear a presença dos nacionais em fins do século XIX e começo do XX frente à elevada imigração de europeus para a cidade de São Paulo, constata que enquanto os estrangeiros, mesmo sem experiência, conseguiram trabalho em indústrias, manufaturas, jornais etc, os nacionais foram relegados em sua maioria aos serviços domésticos, principalmente as mulheres.

Tabela 2. Distribuição

ÁREA DE OCUPAÇÃO	QUANTIDADE				%
	livres	C ativas	C total		
Prestação de Serviço	1	0			1,2 2%
Comércio	6	1	7		10, 98%
Doméstico	00	4	04		42, 28%
Manufatura e artesanato	7	0	7		6,9 1%
Agricultura	0	0	0		12, 20%
Outros	7	0	7		15, 04%
Informação não Consta no processo	7		7		10, 98%
Sem ocupação					0,4 1%
<i>Total</i>	41	5	46		10 0,00%

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo, Autos Crimes (1871-1889)

Outras historiadoras também apresentam dados similares, mas tendo como referência outras regiões do Brasil. Sandra Lauderdale Graham³¹ chama a atenção para a elevada presença de criadas no Rio de Janeiro entre a segunda metade do século XIX e começo do XX, sendo este grupo composto em sua maioria por mulheres livres. A autora apresenta as distintas diferenças entre as que eram responsáveis pelo serviço fora de casa (compras, lavagem de roupas, despejo de detritos e busca de água etc) e as que desempenhavam suas atividades “portas adentro” (cozinheiras, costureiras, amas-de-leite, mucamas etc). Rachel Soihet³² corrobora esses dados para a década de 1890 ao afirmar que o serviço doméstico era a ocupação que absorvia em maior escala as mulheres que residiam e trabalhavam nas ruas centrais do Rio de Janeiro próximas ao porto. Elas desenvolviam atividades como lavadeiras, bordadeiras, rendeiras, doceiras, costureiras e até mesmo como prostitutas, mas também havia uma presença significativa delas ligadas ao plantio e produção de gêneros de primeira necessidade e sua comercialização, principalmente na forma de ambulantes, que saíam as ruas apreçoando seus produtos. De acordo com Tânia Quitandeiro³³, alguns viajantes, dentre eles P. Martin, afirmavam que esse comércio era geralmente feito pela população mais pobre entre livres e cativos de ambos os sexos. “O exame feito por um viajante da cesta de um ambulante mostrara que ele estava em condições de suprir a maior parte dos artigos necessitados por uma dona-de-casa econômica, na forma de agulhas, alfinetes, botões, fitas, rendas baratas, elásticos, toalhas de mesa, estampados para vestidos, toalhas, mosquiteiros e numerosos outros artigos”.³⁴ E em menor escala havia operárias (empregadas nas incipientes indústrias dos setores de vestuário, toilette e têxtil) e proprietárias de casas de cômodos.

Segundo as informações colhidas das mulheres presentes nos autos crimes da cidade de São Paulo das décadas de 1870 e 1880, contatou-se a presença de quase 11% delas envolvidas com trabalhos ligados ao comércio; havia quitandeiras, ambulantes, donas de venda e de pequenos negócios. Parte das mulheres quitandeiras não era responsável pelo

plântio dos produtos que comercializava, mas morava próximo de onde os gêneros eram cultivados ou conheciam lavradores (as) que os plantavam e colhiam. Nesse sentido, tinham um papel importante no processo de intermediação entre os produtores (as) e a venda de suas mercadorias.

No processo movido pela Justiça, através de seu promotor, a pedido de Cândida Maria do Espírito Santo³⁵, quitandeira, residente no bairro de Cachoeira, contra Joaquina do Espírito Santo, lavradora e quitandeira, residente no mesmo bairro, percebemos, ao levantar a ocupação das outras mulheres que testemunharam no processo, que uma das atividades desenvolvidas pelas pessoas residentes nesse bairro era o plântio de gêneros agrícolas. Verificamos ainda que alguns moradores (as) eram responsáveis tanto pelo plântio quanto pela comercialização dos seus produtos, como é o caso da própria ré.

Em outro processo³⁶, metade das testemunhas era composta de mulheres. Todas, inclusive a ré, Maria Francisca do Rosário, eram quitandeiras e moradoras na Estrada da Penha. Ao discorrer sobre o crime, objeto do processo, a testemunha Rosa Maria da Conceição informa que ela e as outras mulheres, aí incluída a ré, estavam se dirigindo à “cidade” quando Maria Francisca teria ferido Innocencio José Barbosa. Este dado aponta não só a proximidade física dessas quitandeiras, já que todas residiam na Estrada Vergueiro e se deslocavam juntas, diariamente, à Freguesia da Sé para comercializarem seus produtos, mas também o desenrolar dos arranjos cotidianos perpetrados por elas para desenvolver suas atividades de sobrevivência.

Em contrapartida, havia também uma considerável presença de lavradoras que, em sua maioria, residiam nos arredores das ruas centrais da cidade e comercializavam sua produção diretamente com os donos dos armazéns, vendas, quitandas etc ou os levava para o Mercado dos Caipiras³⁷. As lavradoras presentes nos processos contavam com poucos agregados e escravos, de forma que dependiam, em sua maioria, do auxílio de familiares e de vizinhos. No processo em que Francisca de Paula Ortiz³⁸, lavradora, 30 anos, moradora no bairro Joá, na Freguesia de Nossa Senhora do Ó, figura como ofendida (seu marido foi assassinado), ao discorrer sobre o dia do crime apresenta o desenrolar da rede de auxílios instaurado entre vizinhos e familiares para realizar o plântio ou a colheita dos alimentos. “Disse que no domingo doze do corrente mês por ocasião de um moxirão havido em casa do genro da informante, chamado Pedro Paulo de Moraes, que é perto e á vista da casa da informante”.

Em outro processo³⁹, Joaquina Maria da Conceição, Escolastica da Conceição e Firmina da Conceição (irmãs), moradoras na Freguesia da Conceição dos Guarulhos, apontam em seus depoimentos a necessidade de permanecerem em seu roçado, que se localizava afastado de sua casa, por alguns dias, assim como a participação de diversos familiares nos trabalhos nele realizados. Firmina informa que “foram trabalhar na terça e voltaram na quinta à tarde. Disse que na quinta feira estava trabalhando em sua roça que fica no porto Caitena, juntamente com pessoas Joaquina Maria da Conceição, Escolastica da Conceição e Graciana da Conceição”.

As mulheres presentes nos processos consultados desenvolviam diversos tipos de trabalho, em sua maioria, remunerados, mas estes, nem sempre, proporcionavam o suficiente para garantir sua sobrevivência. Em função disso, paralelamente, desempenhavam outras atividades ou trocavam gêneros e/ou favores com vizinhos e familiares. Com o advento das ondas de imigrantes e dos distintos projetos civilizatórios da elite política, a sobrevivência tornou-se cada vez mais difícil e complicada.

Referências

- BERTIN, Enildece. Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação. Humanitas: São Paulo, 2004.
- _____. Os meia-cara: africanos livres em São Paulo no século XIX. São Paulo: USP, tese de doutorado, 2006.
- COSTA, Albertina de O & BRUSCHINI, Cristina (org.) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Roda dos Tempos & São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.
- DIAS, Maria Odila L. da S. *Nas filbias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e ganho*. Estudos Econômicos, 15 (Especial): 1985, p. 89-109.
- _____. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- _____. Teoria e Método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: *Uma questão de gênero*. COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSELINI, Cristina. São Paulo, Editora Rosa dos Ventos, 1992.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro-1860-1910. São Paulo, Companhia das letras, 1992.
- PEDRO, Joana Maria. Mulheres honestas e mulheres faladas- uma questão de classe. Santa Catarina: Editora da UFSC, 1998.
- PERROT, Michelle. Mulheres: as mulheres, o poder, a história. In: *Os excluídos da história- operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo, Paz e Terra, 2001.
- QUINTANDEIRO, Tânia. Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX. Rio de Janeiro, Vozes, 1996.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: *Masculino, feminino, plural- gênero na interdisciplinaridade*. São Paulo: Editora Mulheres: 1988.
- _____. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Editora Contexto/ Editora Unesp, 1997.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Mão-de-obra feminina, oportunidades e mercado de trabalho, no Brasil do século XIX. In: *As Idéias e os Números do Gênero – Argentina, Brasil e Chile no século XIX*. São Paulo, Editora Hucitec, 1997.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Nem tudo era italiano – São Paulo e Pobreza (1890-1915). São Paulo, Annablume/Fapesp, 1998.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, Educação e Realidade, Porto Alegre, 16 (2), jul-dez 1990, pp. 5-22.

SOIHET, Rachel. *Condições Femininas e Formas de Violência- mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro, Forense Universitária: 1989.

WISSEMBACH, Maria Cristina. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas: Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo, Editora Hucitec, 1998.

¹ Fala presente em diversos processos: rolo 123, nota de referência 1891, Maria Joanna da Conceição, ano 1873; rolo 106, nota de referência 1626, Feliciano Maria, Luísa Francisca de Jesus, Francisca Maria de Jesus, 1873; rolo 099, nota de referência 1532, Antonia Benedicta do Espírito Santo, Maria Madalena de Jesus, 1872 e outros.

² Professora de História do Centro Paula Souza e Mestranda do programa de História Social da Universidade de São Paulo.

³ Dias, Maria Odila. *Quotidiano e Poder...*

⁴ PRADO, Joana Maria. *Mulheres faladas...*

⁵ SAMARA, Eni de. *Mão-de-obra feminina...*

⁶ BERTINI, Enildece. *Alforrias na São Paulo...*

⁷ BERTINI, Enildece. *Os Meia-Caras...*

⁸ WISSEMBACH, Maria Cristina. *Sonhos Africanos...*

⁹ DIAS, Maria Odila L. da S. *Quotidiano e Poder...*

¹⁰ Idem

¹¹ Idem

¹² Arquivo do Estado de São Paulo, Correspondência enviada pelo Chefe de Polícia aos Subdelegados da cidade, E01531 (1873-1876).

¹³ WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos...*

¹⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, rolo 097, número de referência 1511, ano 1871.

¹⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, rolo 118, número de referência 1819, ano 1872.

¹⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, rolo 096, número de referência 1501, ano 1877.

¹⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, 117, número de referência 1642, ano 1875.

¹⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, rolo 134, número de referência 2031, ano 1878.

¹⁹ Reproduzo a designação presente nos autos-crimes para caracterizar o meio de sobrevivência dos indivíduos presentes nos inquéritos e processos analisados.

²⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder...*

²¹ SAMARA, Eni de Mesquita. *Mão-de-obra feminina...*

²² Foram selecionados os seguintes processos crimes: Estupro, Furto, Roubo, Ferimentos Físicos, Calúnia, Injúria, Homicídio e Termo de Bem Viver (assinatura e quebra).

²³ Arquivo do Estado de São Paulo, rolo 079, nota de referência 1223, ano 1878

²⁴ Arquivo do Estado de São Paulo, rolo 135, nota de referência 2043, 1880.

²⁵ PERROT, Michele. *Mulheres...*

²⁶ PERROT, Michele. *Mulheres...*p.190. Vale ressaltar que a autora privilegia a análise desse grupo neste capítulo, mas havia distintas ocupações femininas para o período: operárias, caseiras (lavradora), burguesas etc.

²⁷ Idem

²⁸ PEDRO, Maria Joana. *Mulheres honestas e mulheres faladas...*

²⁹ 42 mulheres responderem viver de serviço doméstico, sendo 28 solteiras, 8 viúvas e 6 casadas.

³⁰ SANTOS, Carlos José dos. *Nem tudo era Italiano...*

³¹ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência...*

³² SOIHET, Raquel. *Condições Femininas e Formas de Violência...*

³³ QUINTANDEIRO, Tania. *Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX*. Rio de Janeiro, Vozes, 1996.

³⁴ QUINTANDEIRO, T. apud P. Martín. In: *Retratos de mulher...*p.84.

³⁵ Arquivo do Estado de São Paulo, rolo 082, nr. 1267, ano 1877.

³⁶ Arquivo do Estado de São Paulo, rolo 107, nr. 1641, ano 1875.

³⁷ O Mercado dos Caipiras ficava quase defronte ao Mercado Grande da Rua 25 de Março, posteriormente passou a ser conhecido como Mercado Municipal.

³⁸ Arquivo do Estado de São Paulo, rolo 115, nr. 1744, ano 1874.

³⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, rolo 134, nota de referência 2031, 1884.